

CORREIO POLÍTICO

POR
RUDOLFO LAGO



Alcolumbre quer Pacheco no STF

Um ministro do STF para chamar de seu

Montesquieu ensinava, há 277 anos, que, "para que não se possa abusar do poder, é preciso que, pela disposição das coisas, o poder freie o poder". É o princípio da equipotência dos poderes, considerada base central para a estabilidade de qualquer regime. O Brasil de 2025 ignora Montesquieu. Os poderes estão desequilibrados e numa disputa insana entre eles. E, mais do que qualquer interesse particular, essa parece ser a base principal do interesse do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), e de outros parlamentares, em colocar um par, um colega senador, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) na Suprema Corte. O Congresso quer ter um ministro do STF para chamar de seu.

Lula deu a senha

A verdade é que foi o presidente Luiz Inácio Lula da Silva quem deu a senha. Outros presidentes tinham indicado advogados-gerais da União para o STF. Como Gilmar Mendes e André Mendonça. Lula foi além: indicou seu advogado particular, Cristiano Zanin, para ministro do STF. Sendo atribuição do Executivo indicar os ministros do STF, os presidentes, assim, se blindam há tempos.



Mais de 30 parlamentares investigados

Executivo e Judiciário já se blindam

Depois do Mensalão, Lula entendeu que escolher somente pelo perfil de juristas renomados não lhe garantia essa blindagem. Naturalmente, o próprio Judiciário – por uma questão corporativa – já se blinda. E a decisão tomada por Gilmar Mendes na semana passada ao limitar a possibilidade de impeachment foi uma clara medida de proteção corporativa. No momento em que parlamentares vêm sendo alvos de diversas operações policiais que depois viram ação na Justiça, só o Legislativo não tem quem o proteja na Corte.

Mais de 30 inquéritos

Quando, em setembro, a Câmara dos Deputados tentou emplacar a PEC da Blindagem, já havia 36 inquéritos abertos na Justiça contra parlamentares como consequência das operações determinadas pelo ministro Flávio Dino para investigar irregularidades no orçamento. Agora, as operações sobre o INSS também esbarraram em diversos políticos.

CPMI do INSS

Na semana passada, quando foi preso na CPMI do INSS o presidente da Confederação Brasileira dos Trabalhadores da Pesca e Aquicultura (CBPA), Abraão Lincoln Ferreira, estava como alvo indireto o deputado Silas Câmara (Republicanos-AM) e integrantes da sua família. Investigam-se repasses de dinheiro.

Fundação

A investigação apura repasses de mais de R\$ 300 mil à Fundação Boas Novas, em Manaus, dirigida pelo irmão de Silas Câmara, o deputado Jônatas Câmara. Também teria sido repassado dinheiro para Milena Câmara, presidente do Progressistas Mulher no Distrito Federal e filha de Silas Câmara.

Incômodo

Um passeio pelo Congresso em dia de casa cheia revela o incômodo que há por conta de todas essas investigações policiais. Seja porque alguns sentem receio de chegar a eles, seja por uma impressão de que tudo isso possa acontecer por eventual motivação política para alcançar determinados objetivos eleitorais.

Ampliação

Circula, por exemplo, no Parlamento uma ideia de ampliar para 15 o número de ministros do Supremo. Atualmente, são onze. Todos eles indicados pelo presidente da República, e aprovados pelo Senado após serem submetidos a uma sabatina na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A ideia é dividir com outros essa prerrogativa.

Além do presidente

Por essa ideia, as indicações dos novos ministros não seriam somente do presidente. Haveria uma indicação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), uma do Ministério Público, e mais duas do próprio Congresso, sendo uma da Câmara dos Deputados e outra do Senado. Os ministros para chamar de seus.

TCU

Uma ideia que aproxima a composição do Supremo Tribunal Federal daquela que hoje é feita no Tribunal de Contas da União (TCU). Mas o TCU não é uma Corte do Judiciário. É um órgão assessor do Poder Legislativo. A mudança, então, diminuiria ou ampliaria o caráter político, que se critica, da Suprema Corte?



Segurança e STF nos alvos de interesse do Congresso

Congresso corre para aprovar matérias

PEC da Segurança e STF estão no foco principal da semana

Por Beatriz Matos

O Congresso intensifica os trabalhos nesta semana, em uma corrida para aprovar propostas antes do recesso parlamentar marcado para 22 de dezembro. A movimentação vem acompanhada da repercussão da decisão do ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), sobre o impeachment de ministros, que reacende debates sobre mudanças nas regras do processo.

Ao mesmo tempo, o Supremo retoma o julgamento do marco temporal para demarcação de terras indígenas, em sessão que deve atrair atenção de entidades e do Executivo.

Segurança

Nesta semana, a Câmara deve avançar na PEC da Segurança Pública. A apresentação do parecer do relator, Mendonça Filho (União-PE), ficou para terça-feira (9), após pedido do presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), para que o texto seja "amadurecido" com líderes partidários.

O relator tem feito reuniões individuais em busca de consenso sobre pontos sensíveis da proposta, que prevê reorganização de competências e reforço às políticas de segurança.

O PL Antifacção também deve avançar nesta semana. O substitutivo do relator, senador Alessandro Vieira (MDB-SE),

será apreciado na quarta-feira (10), após a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) adiar a análise na semana passada. O novo texto reformula a proposta aprovada pela Câmara, retoma pontos defendidos pelo governo e cria um tributo sobre apostas para financiar políticas de segurança pública. Como o parecer altera significativamente a versão original, o projeto deverá retornar à Câmara caso seja aprovado pelos senadores. Nos bastidores, a expectativa é de votação rápida tanto na CCJ quanto no Plenário.

Quanto a CPI do Crime Organizado, mais uma sessão está marcada para terça-feira (9), às 9h, com a oitiva do ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski.

Impeachment

Com a decisão monocrática do ministro Gilmar Mendes, o Senado retomou a análise do projeto apresentado por Rodrigo Pacheco (PSD-MG), parado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) desde 2023.

A proposta, relatada pelo senador Weverton (PDT-MA), atualiza as regras de impeachment e estabelece quórum qualificado para a abertura de processos contra ministros do STF, aumentando a exigência de votos e reduzindo riscos de pedidos cassuísticos. O texto será analisado pela CCJ na quarta-feira (10).